

Dilemas e perspectivas da África do Sul contemporânea

Marina Gusmão de Mendonça

Como citar: MENDONÇA, Marina Gusmão de. Dilemas e perspectivas da África do Sul contemporânea. *In*: POSSAS, Lúcia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.87-112. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p87-112>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

DILEMAS E PERSPECTIVAS DA ÁFRICA DO SUL CONTEMPORÂNEA

*Marina Gusmão de Mendonça*¹

Os impérios políticos que, nos finais do século XIX e no início do século XX, foram proclamados, em África, de forma tão orgulhosa e confiante, como prolongamentos inevitáveis e permanentes da civilização europeia, duraram apenas três escassas gerações. (FAGE, 1995, p.481).

Os impérios coloniais africanos, surgidos a partir da Conferência de Berlim, em 1885, duraram apenas até a década de 1960, quando, então, entraram em colapso, desaparecendo por completo na década de 1970. Apenas as fortificações brancas na África do Sul, que mantinha também soberania sobre a Namíbia, permaneceram, sendo, no entanto, eliminadas na década de 1990.

¹ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professora Titular de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *O demolidor de presidentes* (Editora Códex), *Progresso e autoritarismo no Brasil* (Editora Pensieri) e *Formação econômica do Brasil* (Editora Thomson), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires; tem no prelo o livro *Histórias da África* (Editora Conex).

Para compreender o processo de desagregação desses impérios coloniais, bem como a própria rapidez com que o fenômeno se deu, é necessário considerar dois aspectos fundamentais: o primeiro deles é o reconhecimento de que, em grande medida, a independência foi resultado de uma ampla articulação de movimentos de caráter nacionalista, representados pelas correntes ligadas à negritude, ao pan-africanismo e ao pan-islamismo. Em segundo lugar, não podemos esquecer das próprias transformações ocorridas nas metrópoles durante o século XX, e que, de certa forma, levaram a uma situação de impossibilidade de manter o colonialismo.

Iniciemos, pois, a análise dos movimentos de independência na África pela própria evolução da postura das metrópoles em relação às suas colônias.

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE METRÓPOLES E COLÔNIAS

Como se sabe, a implantação dos impérios coloniais na África ocorreu no período compreendido entre a Conferência de Berlim, em 1885, e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nessa fase, tratou-se, principalmente, de partilhar o território – o que se deu por meio de uma divisão pura e simples feita pelas nações européias a partir de mapas que detalhavam apenas a costa do continente – e, a seguir, de proceder à conquista propriamente dita, o que, saliente-se, levou à necessidade de enfrentar violenta resistência. Uma vez dominadas as populações locais, passou-se à implantação da administração colonial e ao aproveitamento máximo dos recursos das colônias pelas metrópoles.

O sistema colonial sofreria o seu primeiro grande abalo no período compreendido entre 1914 e o fim da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, o morticínio das duas grandes guerras, permeados pela depressão iniciada em 1929, pelo advento da Revolução Russa e pelo avanço do nazi-fascismo, provocou uma fratura na confiança anteriormente depositada na suposta missão civilizatória européia. Por outro lado, a destruição dos países

européus, sobrepujados economicamente pelos Estados Unidos, provocou um declínio na capacidade das antigas potências de manterem integralmente o domínio colonial. Como assinalou Joseph Ki-Zerbo ([1972] p. 158),

A guerra, que acabava pela revelação apocalíptica da energia nuclear sobre Hiroxima e Nagasáqui, representava uma viragem decisiva na história universal e em particular na história da África. Centenas de milhares de negros participaram nela em teatros de operações [...] variados [...]. Foi essa, para centenas de milhares de negros, a ocasião de uma descoberta brutal do homem branco, na sua verdade, sem máscara imperial nem ouropéis proconsulares.

Todavia, e apesar de destruídas pelo conflito, as nações européias retomariam, após a Segunda Guerra Mundial, a justificativa anteriormente apresentada para a dominação, isto é, a de que os brancos teriam como missão levar a civilização ocidental a povos que ainda viviam em situação de barbárie. Mas o próprio sistema colonial havia provocado mudanças profundas nas colônias, gerando contradições difíceis de serem superadas.

Com efeito, a criação de um sistema educacional nas colônias africanas havia engendrado o surgimento de uma elite educada, que não mais se conformava com a situação de dominação. Por outro lado, a introdução de elementos modernizadores – tais como meios de transporte (rodovias e ferrovias), novas técnicas agrícolas e de mineração, aproveitamento de fontes diversas de energia, instalação de indústrias, expansão da economia monetária e de mercado, a busca por mão-de-obra assalariada e a propagação do cristianismo -, havia provocado modificações profundas na economia e na sociedade africanas, gerando demandas até então inexistentes. A partir dessas alterações, os próprios africanos passaram a querer realizar mudanças, criando-se as condições para o desenvolvimento do nacionalismo.

Na década de 1950, com o avanço dos movimentos nacionalistas e o acirramento dos conflitos, além da necessidade de orientar os gastos para a reconstrução européia, os dirigentes

metropolitanos perceberam que não mais havia vantagem em ignorar as pretensões à independência, principalmente levando-se em conta o fato de que os objetivos iniciais que levaram à construção dos impérios coloniais haviam sido plenamente atingidos. De fato, depois de décadas de colonialismo, as empresas européias já detinham o pleno controle dos mercados e dos recursos africanos, podendo deles se aproveitar em benefício próprio e de seus aliados. Por outro lado, e dada a imensa defasagem tecnológica, era evidente que esse aproveitamento era inevitável e irreversível, e a tentativa de manter a dominação pela força somente reduziria os potenciais benefícios econômicos.

Como bem resumiu Bill Freund (1998, p. 202-203),

A descolonização foi um processo histórico tão rápido e tão complexo quanto a partilha no final do século XIX. Suas causas estão, em parte, fora da África, na mudança da correlação de forças políticas internacionais e, também, nas transformações estruturais das necessidades do capital, que agora tinha muito menos interesse na extração de riquezas que caracterizou o sistema colonial na África no início. Em parte, as negociações de independência atingiram o estágio de uma nova aliança entre a emergente classe dominante nativa e os negócios do ocidente. Essa nova classe é uma criatura do colonialismo. [...] A grande onda de resistência popular surgida nas décadas de 1940 e 1950 provocou modificações nas colônias africanas muito mais difíceis de administrar. Foi esse movimento que transformou as pequenas associações nacionalistas do período anterior à guerra em agências políticas dinâmicas de luta contra o poder estatal.

Dessa forma, verifica-se que o processo de independência foi resultado da confluência entre a pressão exercida pelos movimentos nacionalistas de um lado, e o desinteresse e/ou a incapacidade de as metrópoles manterem o jugo, de outro. Na realidade,

Os poderes coloniais tinham que contabilizar os custos da repressão ao nacionalismo e da modernização do colonialismo, que cresceram com o aumento da população. Os benefícios de manter o poder se tornaram duvidosos, a partir do momento em que a Europa se recuperou economicamente na década de 1950. Os tecnocratas franceses começaram a pensar nas colônias meramente como complementos para os setores mais dinâmicos

da indústria. Os oficiais britânicos concluíram, em 1957, que faria pouca diferença se as colônias se tornassem independentes. Muitos homens de negócios concordaram: sua prioridade era ter boas relações com quem quer que estivesse no poder. Na década de 1950, portanto, era desvantajoso resistir ao nacionalismo. (ILIFFE, 1995, p.246).

A QUESTÃO DA ÁFRICA DO SUL E A CONSTRUÇÃO DO APARTHEID

Embora a independência da África do Sul não tenha ocorrido no mesmo período em que se deu a emancipação da maioria das colônias africanas, a análise da evolução histórica daquele país constitui um elemento fundamental para a compreensão do processo de libertação do continente, porquanto, embora tenha conquistado a autonomia formal em 1910, permaneceu um reduto de privilégios de uma minoria branca sobre um imenso contingente de negros.

Para compreendermos o problema da África do Sul, é necessário nos reportarmos ao século XVII, quando ocorreu a ocupação branca da região do Cabo, promovida pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, com o objetivo de organizar uma base de controle da passagem para o Oceano Índico e para abastecimento de navios. No século XVIII, a ocupação branca daquela área se intensificou, com a chegada de agricultores holandeses (*boers*), que passaram a disputar as melhores terras e pastagens com os khoi, sob o argumento - baseado na crença calvinista de que eram os eleitos de Deus - de que tinham a missão de civilizar os selvagens. O resultado foi a expulsão dos khoi de suas terras, dando início ao processo de segregação racial.

Assim, no século XIX, seriam criadas as primeiras reservas. No entanto, a Inglaterra, interessada no controle da região do Cabo, considerada estratégica, passou a combater as estruturas dos *boers*, provocando enorme descontentamento. A resposta dos agricultores seria o desencadeamento, nas décadas de 1830/1840, do *Grande Trek*, um movimento de expansão para o Norte que culminou na formação de dois Estados independentes na década de 1850.

Entretanto, a sociedade dos *boers* se veria ameaçada na segunda metade do século XIX, com a descoberta de enormes jazidas de ouro e diamantes, o que atraiu imediatamente grande volume de homens e investimentos. Esse movimento provocaria transformações na sociedade *afrikander*, fazendo nascer um movimento de oposição nacionalista ao avanço dos interesses capitalistas. Diante disso, a Inglaterra reagiu, desencadeando a Guerra dos Boers (1899/1902) que, após um verdadeiro banho de sangue, culminou com a vitória britânica.

Finalmente, em 1910, a Grã-Bretanha concederia independência às quatro colônias estabelecidas na região, que passaram a constituir a União Sul-Africana. A partir daí, a população branca de origem *afrikaner* passaria à construção de uma ideologia segregacionista por meio de um arcabouço jurídico cujo objetivo era garantir a apropriação das riquezas do país apenas pela minoria branca. Todavia, é preciso salientar que, embora a construção do *apartheid* tenha se iniciado como um projeto *afrikaner*, ao longo do tempo evoluiria para um projeto mais amplo, voltado para garantir vantagens para os brancos em geral, inclusive para a população de origem britânica. (HENRARD (2002, p. 19).

De fato, a emancipação não significaria um retorno à antiga sociedade estabelecida pelos *boers*. Na verdade, a organização do novo país permitiu a prevalência dos interesses europeus, que se impuseram por meio da institucionalização do racismo. Como bem salientaram Catherine Coquery-Vidrovith e Henri Moniot, “A União Sul-Africana e a Rodésia [...] oferecem na África o único exemplo de países onde o colonizador se arrogou o poder de uma metrópole e organizou a luta contra o nacionalismo local sob a forma de contra-revolução branca.” COQUERY-VIDROVITCH; MONIOT, 1985, p. 130, tradução nossa).

Assim, logo em 1913, foi aprovada a Lei de Terras Nativas, que impunha restrições à ocupação por parte da população africana, e separava os arrendatários das terras, substituindo contratos de arrendamento por outros de aluguel da força de trabalho. Em 1923, seria, pela primeira vez, estabelecido o

princípio da segregação racial em áreas residenciais urbanas, provocando, dessa forma, o deslocamento forçado para as reservas. Na década seguinte, em 1936, a aprovação da Lei de Terra e Desenvolvimento Confiável permitiria a alocação de terras já prometidas para as reservas. Por outro lado, no ano seguinte, por meio da Emenda às Leis Nativas, a população africana ficou proibida de adquirir lotes urbanos.

O estabelecimento de um Estado sob hegemonia branca garantiria, na verdade, o impulso ao desenvolvimento industrial, por meio da exploração da mão-de-obra negra, submetida pela política de segregação racial.

Entretanto, foi somente em 1948, com a vitória eleitoral do Partido Nacional, que o apartheid passou a ser um projeto de Estado, caracterizado como uma política central de dividir e dominar, com o objetivo de garantir a sobrevivência da hegemonia branca por meio da divisão da população não-branca, que passou a ser classificada segundo linhas raciais e étnicas. Essa estratégia, além de permitir a divisão da maioria da população em inúmeros grupos minoritários, criou também uma categoria intermediária (embora marginalizada) – os chamados “coloureds” e indianos – com o objetivo de impedir a emergência de um movimento de resistência unificado (HENRARD (2002, p. 19).

Porém, na segunda metade do século XX, a situação da África do Sul sofreria grandes alterações. De fato, de um lado o crescimento da população negra e dos movimentos de resistência ao racismo criava a necessidade de rígido controle por parte dos brancos. De outro, o próprio processo de independência das colônias africanas estimulou a pressão internacional, que passou a exigir o fim da política de segregação. A resposta do governo sul-africano foi a construção de um arcabouço jurídico segregacionista como meta principal. Assim, já em 1950 foi aprovada a Lei de Áreas de Grupo, que estabelecia a segregação nas áreas residenciais e de negócios, bem como o controle das ações inter-raciais relativas à propriedade. No ano seguinte, entrariam em vigor duas normas: a Lei de Autoridades Bantu, que reconhecia a existência de autoridades tribais, regionais e territoriais, e a Lei de Prevenção à Usurpação,

que permitia ao governo estabelecer campos de reassentamento para os excedentes populacionais despejados das fazendas brancas. Em 1954, a Lei de Reassentamento Negro autorizava o Estado a remover africanos de qualquer área do distrito de Joanesburgo e adjacências, e em 1959, a Lei de Promoção de Auto-Governo Bantu criava os chamados Bantustões, por meio do estabelecimento das reservas como terra natal dos negros sul-africanos. Dessa forma, no início da década de 1960 seriam criados os primeiros campos de reassentamento para posseiros expulsos e populações urbanas desempregadas, medida reforçada pela Emenda às Leis Negras e pela Lei de Confiança Nativa, de 1964, cujo objetivo era abolir a posse e a ocupação pelo trabalho. Esse conjunto de normas levaria ao superpovoamento das terras da população negra, resultado da remoção e da realocação de cerca de 3.500.000 africanos entre as décadas de 1960 e 1980 (THWALA, 2007, p. 2)

Na verdade, como bem apontou Wellington D. Thwala, (2007, p. 2-3)

A expropriação de terras da população negra do país deveu-se à necessidade de reduzir a competição com os agricultores brancos e criar uma reserva de mão-de-obra barata para trabalhar nas fazendas, minas e, mais tarde, na indústria. O padrão de posse e uso de terras estruturou os mecanismos sociais de controle sobre os trabalhadores negros e adequou o excedente populacional às necessidades da economia capitalista. Assim, a extrema desigualdade de acesso à terra foi, e continua sendo, um componente central da economia política da África do Sul.

Dessa forma, durante as primeiras décadas do *apartheid*, o Estado estruturou mecanismos que asseguravam aos brancos uma situação privilegiada de garantia de emprego e de proteção contra a competição contra os negros. Para isso, discriminava racialmente ao regular o acesso a empregos ou ao serviço público. A justificativa ideológica era dada pela ênfase em que cada grupo racial (bem como cada grupo étnico da própria população africana) deveria cuidar de si próprio. Dessa forma, os brancos não eram considerados responsáveis pela pobreza dos negros (SEEKINGS, 2005, p. 2).

A CRISE ECONÔMICA, AS TRANSFORMAÇÕES DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E O COLAPSO DO REGIME DE *APARTHEID*

Durante todo o século XX, a economia sul-africana desenvolveu-se de modo razoavelmente fechado, ou seja, foram adotados mecanismos protecionistas, especialmente em relação à manufatura. Na verdade, a exportação de minérios e de produtos agrícolas, bem como a adoção de mecanismos voltados para a atração de capitais, permitiram, ao longo de décadas, financiar a importação de bens de capitais que sustentavam um processo de substituição de importações, promovido pelo Estado, e que tomou corpo a partir da década de 1920. Saliente-se que a estratégia sul-africana de substituição de importações provocaria uma concentração maior que aquela verificada na América Latina, porquanto o crescimento econômico era baseado no corte racial.

Os primeiros sinais graves de crise deste modelo econômico começaram a aparecer no início da década de 1970, com a evidência de queda acentuada no crescimento econômico. Realmente, entre 1946/1974, o crescimento médio do PIB foi de 4,9%. Na década de 1970, essa taxa seria reduzida para uma média de 1,9%, e na década de 1980 para 1,5% (CATCHPOWLE; COOPER, 2007, p. 6) . Essas quedas evidenciavam uma contradição de fundo da economia sul-africana. De fato, a rápida industrialização ocorrida a partir da década de 1960 começaria a cobrar seu preço no decênio seguinte: a criação dos bantustões, no final da década de 1950, tivera como um de seus objetivos garantir fornecimento de mão-de-obra barata para a indústria. Todavia, o crescimento acentuado da população negra ali confinada acabaria por levar à desintegração desses bantustões, provocada pelo êxodo em direção às áreas urbanas brancas, onde um enorme contingente passou a viver ilegalmente, provocando uma disputa acirrada pelos escassos recursos e o agravamento dos conflitos políticos.

Por outro lado, a própria institucionalização do *apartheid*, a partir de 1948, levaria, do ponto de vista internacional, a uma mudança da postura dos países ocidentais em relação à África do Sul. De fato, os horrores perpetrados pelo regime nazista acabariam por levar, depois da Segunda Guerra Mundial, à

execração pública de políticas racistas. Dessa forma, entre 1948 e 1960, a África do Sul se transformaria num verdadeiro pária internacional. A resposta do governo sul-africano seria vincular sua ordem interna às divisões da guerra fria, por meio da adoção de uma postura de defensor dos valores da civilização ocidental branca no continente africano e de bastião contra o avanço comunista.

Contudo, um grande golpe na política sul-africana viria com a Revolução dos Cravos, em 1974, que levaria ao colapso do ultra-colonialismo português, afetando, em consequência, o balanço de poder na África Austral, com a exposição das fronteiras da África do Sul e da Namíbia a hostilidades promovidas por Estados anti-*apartheid*., além do cerco à Rodésia do Sul. A reação do governo de Pretória seria defender uma política de *détente*, com o objetivo de tentar uma solução pacífica para os conflitos.

O fracasso, porém, logo se evidenciou, e por várias razões: primeiramente, em virtude da recusa de Ian Smith em considerar a possibilidade de participação africana no processo político da Rodésia; em segundo lugar, pelas divisões e rivalidades entre os movimentos de libertação do Zimbábue; em terceiro, pela própria inflexibilidade da África do Sul na questão da Namíbia; e, por fim, pela falta de um papel ativo das potências ocidentais nas negociações para superação dos conflitos.²

O golpe de misericórdia na *détente* sul-africana viria com a invasão de Angola, em 1975, e a consequente adoção de uma política de intervenção repressiva no subcontinente. Como bem salientou Wolfgang Döpcke (1998, p. 137-138),

A decisão se baseou na percepção, principalmente por parte da inteligência militar, de que um governo angolano do MPLA ameaçaria os interesses de segurança da África do Sul na Namíbia, [...]. A África do Sul parecia esperar por um envolvimento maciço e solidário por parte dos EUA [...]. Entretanto, ficou demonstrado que a avaliação sul-africana sobre o relativo poder de cada lado na guerra civil angolana, e sobre a disposição dos EUA de arriscar

² Veja-se: DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. v. 41, nº 1, 1998.

mais um aberto engajamento em um conflito no Terceiro Mundo, logo depois do desastre da Guerra do Vietnam, era equivocada. Diante da possibilidade de ter que enfrentar uma guerra semiconvencional prolongada, [...] a África do Sul optou por uma rápida retirada em janeiro de 1976. A África do Sul sofreu uma experiência traumática em Angola [...]. Sentiu-se então profundamente traída pelo Ocidente [...]. Em 1980, o cordon sanitaire de colônias brancas, protegendo a África do Sul da 'onda negra', finalmente se despedaçou. [...] Este colapso [...] foi seguido por uma explosão da resistência interna, iniciada com a revolta de SOWETO em 1976, provocando assim uma severa crise no país e uma reação externa drástica na forma de um embargo de armas, pronunciado pelas Nações Unidas.

Entretanto, com a ascensão de Ronald Reagan, em 1981, e a conseqüente minimização da questão dos direitos humanos, a política externa norte-americana procuraria inserir o regime do *apartheid* numa estratégia global de combate ao comunismo. Dessa forma, as elites brancas da África do Sul passariam a se considerar como combatentes no confronto com a União Soviética, procurando desestabilizar os governos de Angola, Moçambique e Zimbábue. Durante a década de 1980, por meio da chamada *Total National Strategy*, implementada a partir da ascensão de P. W. Botha ao cargo de Primeiro

Ministro, as decisões estratégicas passariam para as mãos de uma pequena elite, composta principalmente de militares. A situação no subcontinente seria, então, de guerra não declarada, com conflitos intermitentes que provocariam a morte de cerca de 1.500.000 pessoas e perdas materiais da ordem de U\$ 60.000.000.000. (DÖPCKE, 1998, p. 140).

Todavia, a partir de meados da década de 1980, diversos fatores forçariam o governo a recuar de sua política regional agressiva. Primeiramente, deve-se ressaltar o ressurgimento dos conflitos provocados pela resistência interna ao regime, que levariam à decretação do Estado de Emergência (1985). Em segundo lugar, as transformações internacionais decorrentes do fim da guerra fria levariam a África do Sul a um isolamento cada vez maior. Os confrontos, cada vez mais sangrentos, acabariam

por provocar uma situação de quase guerra civil, com graves conseqüências econômicas, como a retirada de investimentos, especialmente por parte de empresas norte-americanas, e a perda de confiança do mercado financeiro internacional.

Por outro lado, e do ponto de vista econômico, a crise se agravaria, principalmente em decorrência da queda na exportação de minérios e da redução do influxo de capitais. Isso acabaria por gerar pressões pelo aumento da exportação de manufaturas. Porém, esta solução se tornava extremamente difícil, tendo em vista o isolamento internacional crescente, que dificultava qualquer negociação pela redução de tarifas. Na verdade, o baixo crescimento econômico da década de 1980 pode ser creditado à necessidade de o Partido Nacional manter o controle do desenvolvimento econômico para acomodar o sistema do *apartheid*, por meio da tentativa de perpetuar a aliança entre o setor agrícola controlado pelos brancos e os trabalhadores urbanos brancos, com vistas a fortalecer uma burguesia urbana *afrikaner*. Desse modo, a falta de uma política de exportação, os investimentos dispendiosos do Estado nos setores da indústria considerados estratégicos, a falta de educação e de qualificação adequadas e o precário funcionamento do mercado de trabalho acabariam por levar à estagnação.

A crise interna e a pressão internacional acabariam por provocar a renúncia de Botha e a ascensão de F. W. De Klerk como presidente do Partido Nacional e da África do Sul, em 1989. De Klerk, no entanto, logo perceberia a necessidade de reformas fundamentais como única saída para se evitar a guerra civil. Assim, em fevereiro de 1990, anunciou em um discurso o reconhecimento legal da oposição e a libertação de Nelson Mandela. Finalmente, a seca de 1992 acabaria por favorecer o fim do isolamento sul-africano, pois os países do subcontinente se viram obrigados a importar alimentos da África do Sul.

O que se verifica, pois, é que a queda do sistema do *apartheid* deveu-se, em grande medida, à sua incapacidade para promover a acumulação capitalista e proporcionar lucros, problema que seria agravado pela pressão ocidental, manifestada por meio

da fuga de capitais e da redução do crédito internacional. Portanto, no final da década de 1980, evidenciava-se, para o Partido Nacional, a perspectiva de perda do poder. Diante disso, a *intelligentzia* sul-africana passaria a articular uma alternativa ideológica para a superação do *apartheid*: a defesa do livre mercado e a redução do papel do Estado na economia, ideário fundamentado no Consenso de Washington. Para isso, o *South African Reserve Bank* - a principal força por trás da estratégia do Partido Nacional - adotaria uma política monetária contracionista, com o objetivo de reduzir a inflação, além de defender a desregulamentação econômica e a liberalização comercial.

A política do apartheid [...] fora justificada pela crença de ser uma boa maneira de os povos da África do Sul alcançarem a paz e a prosperidade. Os pensadores nacionalistas, seguidos pela maior parte do resto do partido e, na verdade, da maioria das pessoas de ascendência europeia [...] aperceberam-se, então, pela experiência, de que esta crença estava errada, não porque a política fosse injusta (apesar de o ser), ou porque ocasionara sanções internacionais (que interferiram na economia, mas eram suportáveis), mas essencialmente porque não trouxera paz e prosperidade. As raças eram interdependentes; separá-las e, em particular, tentar controlar os negros que procuravam emprego e riqueza na sociedade avançada dos brancos, interferia no desenvolvimento econômico e levava ao aumento da agitação e da violência. Enquanto até ali fora possível limitar os efeitos da agitação e da violência através do exercício do poder militar e policial branco, tal iria ser cada vez mais contraproducente à medida que a população ia excedendo sempre mais a população branca – esperava-se que a relação de 5:1, em 1991, fosse de 9:1 em 2015, altura em que os negros totalizariam 70 milhões. Nunca seria possível reprimir completamente a oposição negra ao *apartheid*. (FAGE, 1995, p. 561, grifo do autor).

Portanto, as articulações em torno da eliminação do apartheid, a partir do final da década de 1980, se deram principalmente pelo fato de que, na época, tornara-se claro, tanto para empresários como para a elite política, de que a África do Sul entrara num beco sem saída. Daí a necessidade de novas estratégias, entre as quais se destaca a incorporação ao jogo político do Congresso Nacional Africano (CNA), maior força de oposição. Porém, é preciso ressaltar que, durante todo o período de transição

(1990/1994), as ameaças à paz foram extremamente graves. Com efeito, de um lado, De Klerk e seu grupo trataram de elaborar salvaguardas com o objetivo de manter a ordem racial vigente. De outro, grupos militares e da polícia procuravam fortalecer Gatsha Buthelezi e o conservador Inkhata Freedom Party (IFP), com o objetivo era dificultar a emergência do CNA como força hegemônica na transição. Assim, diante das ameaças contra uma transição pacífica, que poderiam levar a algo além de um Estado branco, tanto o Partido Conservador como organizações fascistas, tais como o Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) permaneceram no jogo com o compromisso de manter a ordem do apartheid. Um dos maiores riscos era representado pelo General Constant Viljoen, em virtude de suas ligações com o establishment de segurança voltado para a prática de putschs. Porém, o White Right acabaria encurralado dentro do quadro de uma transição pacífica, principalmente a partir da decisão de Buthelezi de participar do processo eleitoral. Na verdade, Buthelezi se tornaria o grande beneficiário do processo de elaboração da nova Constituição, porquanto os políticos brancos conseguiram estabelecer uma divisão federativa de poderes de tal forma que logrou paralisar o governo do CNA.

Dessa forma, ficava garantida a manutenção da desigualdade, por meio da vinculação do CNA com normas constitucionais voltadas para a proteção dos direitos individuais - especialmente o direito de propriedade - e o estabelecimento de salvaguardas, durante um período, das posições dos brancos nos empregos públicos. De outra parte, o estabelecimento de um governo de unidade nacional asseguraria ao Partido Nacional e ao IFP vários cargos no gabinete formado pelo CNA depois da vitória eleitoral de 1994 e da anistia concedida àqueles que cometeram abusos de poder na defesa do *apartheid* (SAUL, 2002).

Portanto, o preço pago pela transição pacífica seria o colapso do CNA como organização política de massas, o que se verifica no apoio de suas lideranças ao processo de desmobilização popular. A diversidade da África do Sul faria o resto, porquanto as províncias obtiveram espaço para a expressão de manifestações de atraso,

tornando-se instrumentos nas mãos daqueles que detêm o direito sobre as alocações orçamentárias.

A ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID

Depois da vitória eleitoral de 1994, um dos primeiros problemas que se apresentou ao governo do CNA foi a necessidade de enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais oriundas do período colonial e do regime de *apartheid*. Para se ter uma idéia do tamanho da empreitada, é preciso considerar que em 1995 a população sul-africana era de aproximadamente 42 milhões de habitantes.³ Destes, cerca de 31 milhões eram negros (76%), e os brancos constituíam um contingente de apenas 13%. Ainda, do total da população em 1995, 48% viviam em áreas rurais, embora a previsão do Centro para o Desenvolvimento Empresarial (CDE) para 2011 seja de que o índice de habitantes nas zonas rurais e pequenas cidades deva cair para 46%, enquanto a população urbana e metropolitana deva aumentar para 53,4% (THWALA, 2007, p. 3-4).

Isto, evidentemente, significa uma enorme pressão, não apenas sobre a terra, mas também sobre as zonas urbanas, porquanto a densidade populacional passou de 19 para 34 habitantes/km² entre 1970 e 1995. Assinale-se que essa taxa não é uniforme, verificando-se grande variedade entre as diversas províncias. Ademais, é preciso levar em conta que, segundo dados do Banco Mundial, em 1995 cerca de 95% dos pobres eram negros (THWALA, 2007, p. 3-5).

O problema se torna ainda mais grave se considerarmos a questão do desemprego. De fato, se em 1995 o índice de desocupação era de 5,5% entre os brancos, chegava a 37% entre os negros. Outro dado a ser considerado é a questão da correlação entre pobreza e gênero: em 1995, os habitantes de lares chefiados por mulheres constituíam cerca de 50% da população pobre,

³ As estimativas prevêm que a população sul-africana atingirá cerca de 57 milhões em 2010, e 70 milhões em 2025 (veja-se: THWALA, 2007, p. 3).

sendo o desemprego feminino de aproximadamente 35%, enquanto entre os homens era de 25% (THWALA, 2007, p. 3-5).

O modelo econômico adotado, consubstanciado no *Growth, Employment and Reconstruction* (GEAR), de 1996, provocaria sério agravamento no quadro de desemprego. Com efeito, entre 1993/1998, as estatísticas oficiais apontam para uma queda de 12% no emprego formal (cerca de 642 mil vagas), sendo que o setor manufatureiro sofreu uma redução de 6%, enquanto na construção civil a diminuição foi de 21% e, na mineração, de cerca de 27%. Ou seja: o desemprego atingia mais profundamente a mão-de-obra não qualificada, formada, essencialmente, por negros, tendo em vista, que, durante o *apartheid*, essa população não recebera educação adequada (CARTER; MAY, 2001, p. 1993).

Por outro lado, entre 1996 e 1999, a expansão do setor informal chegava a 84% dos cerca de 1,1 milhão de empregos criados, sendo que a força de trabalho havia sofrido um acréscimo, no mesmo período, de aproximadamente 3,1 milhão (HOOGEVEEN; ÖZLER, 2005 p. 4). De outra parte, a própria estrutura do mercado de trabalho sofreu alterações profundas, beneficiando os trabalhadores mais qualificados, porquanto a queda nos rendimentos e no emprego nos setores mineiro e agrícola foram muito acentuados.

No que tange à disparidade de renda entre negros e brancos, tomem-se os dados de 1995 relativos à renda mensal média por domicílio. No caso da população negra, a renda era de 281 rands, enquanto entre os negros atingia 5.055 rands. Quanto ao consumo mensal médio por domicílio, cerca de 53% da população (ou seja, os 40% mais pobres) eram responsáveis por menos de 10%, ao passo que os 10% mais ricos atingiam cerca de 40% do consumo (THWALA, 2007, p. 3-5). A implantação do GEAR agravaria essa situação, pois em 2000 mais de 2/3 dos sul-africanos negros viviam na pobreza, sendo que 40% dispunham de menos de US\$ 1/dia.

Outro elemento a ser considerado é o fato de a pobreza ter aumentado, tanto nas áreas rurais como nas zonas urbanas. De fato, no campo, se aqueles que viviam com menos de US\$ 1/dia

constituíam menos de 45% da população, em 1995, este índice corresponderia à metade da população rural em 2000. Quanto às zonas urbanas, a pobreza aumentou de 36% para 40% no mesmo período (HOOGEVEEN; ÖZLER, 2005, p. 9-10). Pesquisas indicam que, apenas entre 1999 e 2002, 4 milhões de sul-africanos se tornaram pobres (ROBERTS, 2005, p. 8). Evidentemente, esses dados refletem-se diretamente na questão da subnutrição infantil, conforme pode ser constatado por alguns dados: durante a década de 1990, o número de crianças abaixo do peso subiu de 9,3% para 10,3%, e o retardamento mental na faixa entre 1 e 6 anos aumentou de 22,9% em 1994, para 23,3% em 1999 (ROBERTS, 2005, p. 13)..

Ressalte-se que, desde 1993, o Banco Mundial vinha advertindo para a necessidade de uma reestruturação no campo, com transferências de terras e a organização de pequenas unidades agrícolas, sob risco de deflagração de uma guerra civil. Dessa forma, o novo governo, que assumiu o poder em 1994, procurou, aparentemente, adotar uma política de reforma agrária, implantando leis voltadas para a redistribuição de cerca de 30% das áreas agricultáveis, além de se comprometer com a conclusão de processos judiciais baseados em pedidos de restituição de terras expropriadas pelos sucessivos governos segregacionistas desde 1913 (THWALA, 2007, p. 6-7).

O modelo de redistribuição de terras foi, inicialmente, esboçado no *Reconstruction and Development Programme* (RDP), como resultado de um compromisso entre setores do CNA e o Congresso Sindical Sul-Africano (COSATU). No entanto, em 1996 o CNA fechou o escritório do RDP, e anunciou a adoção de uma estratégia muito mais ortodoxa e voltada para a implantação dos paradigmas neo-liberais, consubstanciada, afinal, no GEAR. Segundo o documento, o problema da pobreza deveria ser enfrentado a longo prazo, dando-se prioridade à expansão industrial, ao aumento das exportações e à atração de investimentos estrangeiros diretos. Em suma, o plano constituía uma estratégia macro-econômica de exportação, com a adoção de políticas anti-inflacionárias, de restrição fiscal, aperto monetário e contenção salarial. As estimativas de crescimento econômico anual ficavam

entre 2,8% e 4,2%, no período compreendido entre 1996/2000, e o déficit deveria ser reduzido para 3% do PIB (HOOGEVEEN; ÖZLER, 2005, p. 3).

Dentro dessa proposta, o programa de redistribuição de terras voltou-se para o atendimento das necessidades do mercado, baseando-se em princípios de compra e venda voluntária e desconsiderando totalmente o perfil demográfico sul-africano, cujo contingente da população rural chega a mais de 45%. Dessa forma, ao final de 2001, o que se constatava é que menos de 2% das terras haviam sido transferidas para a população negra. Para se ter uma idéia da paralisia do governo a esse respeito, basta dizer que das cerca de 68.878 petições apresentadas com o propósito de reivindicar restituição, apenas 12.678 haviam sido julgadas, significando benefício para menos de 40.000 domicílios predominantemente urbanos, dos quais cerca de 40% receberam compensação monetária e não terras (THWALA, 2007, p. 8-9).

Outros dados que ilustram a ineficiência da proposta de reforma agrária referem-se ao fato de que, embora o GEAR previsse a distribuição de 25,5 milhões ha, até 1999 apenas 480.400 ha haviam sido entregues a 45.454 famílias. Diante de tal fracasso, em agosto de 2001 o governo lançou o Programa de Redistribuição de Terras para o Desenvolvimento Agrícola. Porém, mais uma vez a proposta estava voltada para o mercado, porquanto o público-alvo era eminentemente aquele composto de fazendeiros de tempo integral. Isso se comprova facilmente pelo fato de que o programa previa a exigência de uma contribuição mínima por parte dos beneficiários de cerca de 5.000 rands (aproximadamente U\$500), o que, evidentemente, excluía em definitivo a maioria dos pobres do campo. Ademais, dentro da previsão orçamentária, somente 0,33% eram destinados ao Departamento de Assuntos Agrários. Diante disso, estudos apontaram para a perspectiva de que seriam necessários 150 anos para completar o processo de restituição de terras, e de cerca de 125 anos para que a redistribuição chegasse ao fim (THWALA, 2007, p. 9).

Nesse quadro, o que se verifica é a manutenção da extrema desigualdade na distribuição da renda rural, consequência direta

dos padrões de posse da terra. O setor agrícola mantém-se sob o domínio de cerca de 60 mil grandes fazendeiros, sendo que a maioria deles é branca. Ao mesmo tempo o acesso aos recursos naturais é negado a mais de 13 milhões de pessoas que vivem em áreas marginais, e a 7 milhões de trabalhadores daquelas fazendas (THWALA, 2007, p. 10).

Outra questão a ser levada em conta na análise dos resultados obtidos pela implantação do GEAR dizem respeito ao problema da dívida pública deixada pelo regime do *apartheid*, e que montava, em 1993, a 189,9 bilhões rands. Para se ter uma idéia do volume de transferência de riqueza da África do Sul para o mercado internacional, basta dizer que, de 1993 a 1998, cerca de 6,7% do PIB e 24% do orçamento foram anualmente consumidos pelo pagamento de juros (CARTER, ; MAY, 2001, p. 1993) . De outra parte, a solução propugnada, ou seja, as privatizações realizadas durante a década de 1990, não resultaram em qualquer benefício em termos de redução da dívida ou de modernização da economia, porquanto a maior parte dos investimentos (60,4%) foi feito em aquisições, e apenas 16,7% foram destinados a aumento da capacidade produtiva. O setor de telefonia foi aquele que atraiu a maior parte do investimento estrangeiro direto entre 1994 e 1999 (NATTRASS; SEEKINGS, 2000, p. 27). Como se vê, a opção do governo do CNA pela estratégia preconizada pelo Consenso de Washington tem agravado a pobreza e a miséria da grande maioria da população sul-africana. Embora muitos autores afirmem que a pobreza deixou de ser determinada por fatores raciais, baseando-se, depois de 1994, na posição social (SEEKINGS, 2005), a questão nos parece bizantina, tendo em vista que, na África do Sul, ser negro e ser pobre são, em grande medida, a mesma coisa.

A TRAGÉDIA DA AIDS

Além da permanência da miséria e das profundas desigualdades, a África do Sul pós-apartheid se vê às voltas com um gravíssimo problema de saúde pública, representando, principalmente, pela epidemia de AIDS que atinge o país. Para se ter uma idéia do drama

que isso representa – não apenas em perda de vidas, mas também em orfandade, o que gera duras dificuldades para o futuro -, basta lembrar que apenas entre 1995 e 1998 a contaminação por HIV cresceu de 10,5% para 22,8% da população, certamente um dos maiores índices em todo o mundo (HOOGEVEEN; ÖZLER, 2005 , p. 2). Em 2001, as diversas moléstias provocadas pela AIDS mataram 360 mil sul-africanos, sendo que, no mesmo ano, cerca de 250 mil crianças estavam infectadas e 600 mil eram órfãs. Dos adultos contaminados, aproximadamente 57% eram mulheres. Somente na província de Kwazulu-Natal, 35,5% das grávidas eram portadoras do HIV. Em 2002, um em cada 9 sul-africanos eram soro-positivos, e a doença havia reduzido a expectativa de vida de 66 para 50 anos, evidenciando uma situação de retrocesso para os níveis da década de 1950 (VACHANI, 2004, p. 101-102).

Outro dado assustador refere-se ao fato de que, em 2000, a África do Sul tinha um dos maiores índices do mundo em número de raptos e de estupro, sendo que 40% das vítimas tinham menos de 18 anos e 20% menos de 11 anos. Uma das explicações para essa tragédia está ligada à crença, disseminada entre a população, de que manter relações sexuais com virgens levaria à cura da AIDS (VACHANI, 2004, p. 109).

Apesar desses números estarrecedores, o governo do CNA tem, sistematicamente, se negado a tomar providências drásticas para combater a epidemia, embora o direito de todos à saúde e a responsabilidade do Estado em garanti-lo estivesse exposto no *Health Plan for South Africa*, de 1994. A justificativa para tal descaso baseia-se no argumento de que a distribuição do AZT representa um gasto enorme com o qual a administração pública não pode arcar. Diante disso, o laboratório britânico Glaxo-Wellcome ofereceu a droga a preços reduzidos. No entanto, o novo presidente, Thabo Mbeki passou a alegar que o remédio era tóxico, chegando a reter cerca de US\$ 6,2 milhões do total de US\$ 17 milhões previstos no orçamento para os gastos destinados a combater a epidemia (VACHANI, 2004, p. 102). Diante de tal paralisia, cabe uma pergunta fundamental: por que o governo sul-africano não enfrenta diretamente a questão da AIDS?

Uma das explicações parece estar na posição assumida por Thabo Mbeki - e generalizada entre os dirigentes do CNA - que sistematicamente tem negado a existência de vínculo de causalidade entre o vírus HIV e a AIDS, além de afirmar que as drogas retrovirais não apenas são inócuas para combater a doença, como são tóxicas. Ou seja: Mbeki e seus partidários negam peremptoriamente os postulados científicos sobre a moléstia, acusando os médicos e laboratórios farmacêuticos ocidentais de racismo e defendendo a necessidade de se buscarem soluções africanas para o problema. Por isso, sua posição seria, na verdade, de defesa dos africanos contra o racismo e o neo-imperialismo (MBALI, 2002, p. 2-3).

Para alguns autores, essa posição de Mbeki está, no fundo, condicionada pelos fantasmas do *apartheid* e do colonialismo. Em trabalho de 1991, Megan Vaughan alertou para o fato de que, na história da medicina colonial na África, o continente ainda é visto como uma cama quente para as doenças, tanto que nos relatos médicos e jornalísticos europeus e norte-americanos sobre o problema da AIDS na África, a região é considerada sinônimo de doença, morte e sexualidade incontrolável. Por outro lado, numa total inversão do argumento, muitos africanos denunciam a tentativa de se transferir para a África a responsabilidade de um problema de saúde ocidental, na verdade provocado pela degeneração dos costumes e pelo homossexualismo (VAUGHAN, apud MBALI, 2002, p. 9-10).

Dessa forma, a negação de Mbeki estaria influenciada por duas visões. Ao argumentar que a medicina ocidental estigmatiza a sexualidade africana, relacionando-a à questão da AIDS, e ao apelar por soluções africanas para o problema, está preso à idéia de uma cultura africana essencial, esquecendo-se, contudo, de que esta cultura foi profundamente alterada pelo colonialismo. Para Mbeki, todos os ativistas dos movimentos organizados pela AIDS, e que defendem a ortodoxia científica, são racistas. Mais recentemente, a negação ganhou uma outra conotação, sendo atribuída a um clamor pela liberdade intelectual africana e a uma atitude que conduza os africanos a pensarem por si próprios.

Porém, o fato incontestável é que o Presidente não oferece alternativas para reduzir a mortalidade pela doença e prevenir a transmissão, especialmente, da mãe para o feto. Na verdade, sua teoria de que a AIDS é resultado de um complô da *Central Intelligence Agency* (CIA) com a indústria farmacêutica para vender remédios tóxicos e desacreditar seu governo caíram por terra com o espantoso aumento da mortalidade na África do Sul em virtude da doença (MBALI, 2002, p. 21-22).

POR QUE O NEO-LIBERALISMO?

As eleições de 1994, que deram ao CNA ampla maioria e levaram Nelson Mandela à Presidência da África do Sul, simbolizavam, aparentemente, a vitória final da luta contra um regime odioso. As esperanças, portanto, eram enormes. Contudo, passados mais de dez anos do fim do *apartheid*, o que se vê é o aumento da pobreza, do desemprego e da exclusão, e uma população que está sendo consumida pela AIDS. Por que isso aconteceu?

Na verdade, conforme apontou John S. Saul, a grande tragédia em curso na África do Sul está ligada ao fato de que, diante das enormes expectativas criadas pelo sucesso na luta contra o *apartheid*, uma grande parcela da população está sendo sacrificada no altar da lógica neo-liberal do capitalismo global (SAUL, 2002, p.2). Diante disso, a questão fundamental que se coloca é: o movimento popular sul-africano fracassou ou ocorreu, de fato, uma traição do CNA?

Segundo Chris Landsberg, desde o início da década de 1990, alguns governos estrangeiros, especialmente os Estados Unidos e seus aliados, têm logrado induzir as lideranças do CNA a abandonar suas propostas socialistas (inclusive aquelas relativas à nacionalização de importantes setores da economia) e adotar os princípios do livre mercado (LANDSBERG, apud SAUL, 2002, p. 8). Exemplos cabais dessa opção seriam a posição de Mandela relativamente à questão da responsabilidade fiscal e a elaboração do GEAR, um plano baseado na ortodoxia neo-liberal e implementado a partir de 1996.

Algumas considerações são necessárias para compreender essa capitulação do governo do CNA diante do neo-liberalismo. Com efeito, a profunda crise da década de 1980 levou o capital (nacional e transnacional) a perceber a impossibilidade de manutenção do *apartheid* como instrumento eficaz para a continuidade da super-exploração capitalista. Diante disso, já naquela década, iniciaram-se as articulações para elaboração de uma estratégia contra-revolucionária, com o objetivo de permitir a superação do regime mediante sua substituição por uma alternativa que não colocasse em risco o sistema capitalista na África do Sul. Dessa forma, por meio da ascensão aos altos escalões da comunidade de negócios sul-africana, uma camada poderosa de capitalistas *afrikaneres* se tornaria protagonista, no seio do Partido Nacional, de um projeto de desracialização do capitalismo. Essa estratégia seria consubstanciada no *Normative Economic Model* (NEM), de 1993, pelo qual a ortodoxia neo-liberal foi implementada (SAUL, 2002, p. 9).

No entanto, o fato de a classe dominante *afrikaner* procurar uma alternativa para a continuidade da exploração capitalista na África do Sul não explica a adoção – e muito menos a defesa - do modelo neo-liberal pelas lideranças do CNA. A esse respeito, algumas considerações devem ser feitas.

Primeiramente, é preciso levar em conta que muitas das explicações sobre a adesão do CNA ao neo-liberalismo baseiam-se na idéia de que determinantes estruturais seriam definidas segundo a necessidade econômica. Porém, esta é uma justificativa que, na verdade, não explica nada. Mais plausível seria, talvez, levantar a hipótese de que algumas lideranças do CNA tinham verdadeiro horror à guerra civil e ao conseqüente banho de sangue que isto representaria. A esse propósito, é significativa a manifestação de Nelson Mandela (1992, apud SAUL, 2002, p. 15, tradução nossa) de que “nós estamos sentados numa bomba-relógio, [...] e seus inimigos são agora você e eu, pessoas que têm um carro e uma casa.”

Por outro lado, se nos ativermos às bases ideológicas do CNA, talvez possamos verificar que este nunca foi um partido revolucionário. A esse respeito, Thabo Mbeki, que sucedeu Mandela

na Presidência, em 1999, deu uma declaração, ainda em 1984, bastante reveladora: “o CNA não é um partido socialista, nunca fingiu ser, nunca disse que era e não está tentando ser. O CNA não se tornará um partido socialista para agradar a seus críticos de esquerda” (MBEKI, apud SAUL, 2002, p. 17, tradução nossa).

Essa declaração corrobora, em parte, a visão dos críticos do CNA, para quem não houve qualquer surpresa na transformação ideológica do partido que, como movimento de expressão nacionalista, teria sido sempre pautado por um projeto pequeno-burguês. Porém, aqui cabe a pergunta: a que pequeno-burguesia ele representava?

A resposta parece estar em algumas análises que apareceram na imprensa e no meio acadêmico. De fato, em 1996, *The Economist* publicou um artigo em que alertava para o fato de que:

Apesar de a renda dos negros corresponder a menos de 1/6 da dos brancos, uma elite negra estava em ascensão no governo e nos empregos públicos, bem como em ramos de negócios controlados por negros. Estas pessoas estariam se mudando para os subúrbios e adotando símbolos de prestígio, tais como automóveis BMW, casa com piscina, campeonatos de golfe e empregada doméstica negra. (THE ECONOMIST, 1996, apud SAUL, 2002, p. 15, tradução nossa).

Já o *Washington Post*, por ocasião da ascensão de Thabo Mbeki à Presidência, em 1999, publicou um artigo em que fazia ácidas críticas a ele. Segundo o jornal, (THE WASHINGTON, 1999 apud SAUL, 2002, p. 17, tradução nossa) “durante sua experiência no exílio, Mbeki pôde adentrar o mundo financeiro, não estando disposto, agora, a abandonar os laços com os negócios desenvolvidos durante aquele tempo.”

Por outro lado, acadêmicos como Bill Freund e Vishnu Padayachee parecem explicar a adesão do CNA ao neo-liberalismo como decorrência de perspectivas individuais. Para eles,

O governo sul-africano parece, de certo modo, o equivalente de grupos como SWAPO e ZANU, ou seja, um grupo de velhos militantes que estão mais preocupados em obter recompensas por seus sofrimentos do que em promover transformações na

sociedade. Dessa forma, com o desaparecimento da visão revolucionária, o que resta para estes militantes é um projeto de ascensão social. (THE WASHINGTON, 1999 apud SAUL, 2002, p. 17, tradução nossa).

Andrew Nash procurou explicar a posição do CNA a partir das próprias idéias de Nelson Mandela. Segundo ele,

Ao interpretar seu papel nos primeiros cinco anos do período pós-apartheid, Mandela evoca um ethos mais tradicional, um modelo tribal de democracia. Para além de determinantes estruturais (econômicas e de classe), o fim do regime segregacionista é um momento em que variáveis definidas em termos políticos e de personalidade podem explicar os resultados na África do Sul. Mas Mandela não é um político que a geração mais nova escolheria como parceiro de jogo. Tendo atingido praticamente o impossível, isto é, o fim do apartheid, a nova geração está muito feliz consigo mesma. Muito espertos para serem meros esquerdistas, eles esperam jogar o único jogo que existe – o capitalismo – e vencer. (SAUL, 2002, p. 17-18, tradução nossa).

Seja qual for a explicação para a adesão do CNA ao neoliberalismo, é preciso considerar um aspecto levantado por John Saul, segundo o qual a opção foi facilitada pelo fato de a sociedade sul-africana ser profundamente marcada pelo desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, a África do Sul é uma sociedade em que há uma profunda e frustrada cultura consumista, especialmente nas áreas urbanas, e a ascensão do CNA contribuiu para aprofundar essa cultura, que se tornou um elemento fundamental para a conquista da hegemonia pelo partido. De qualquer modo, ao fazer essa escolha, o CNA desperdiçou uma extraordinária oportunidade histórica. (SAUL, 2002, p. 19-20, tradução nossa).